



Caderno Virtual de Turismo

E-ISSN: 1677-6976

caderno@ivt-rj.net

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

Azevedo Irving, Marta de; Bursztyn, Ivan; Sancho, Altair P.; Melo, Gustavo de M.
Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico
Caderno Virtual de Turismo, vol. 5, núm. 4, 2005, pp. 1-7
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115416146001>

- Como citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico

Marta de Azevedo Irving (mirving@unikey.com.br)*, Ivan Bursztyn (ivan@lb.com.br)**,

Altair P. Sancho (altairsancho@hotmail.com*** e Gustavo de M. Melo (gummelo@ig.com.br****

Resumo

Este artigo busca discutir como o conceito de sustentabilidade, em sua perspectiva global, vem se consolidando como um tema central, na atualidade, no debate do turismo como fenômeno complexo. O turismo, visto como a atividade econômica que mais cresce no mundo, passa gradualmente a incorporar novos olhares de planejamento, como resultado de seu potencial gerador de emprego e renda, aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais e, mecanismo para inclusão e transformação social. No entanto, para concretizar as benesses sociais faz-se necessário um olhar mais atento às questões concernentes a participação da população no planejamento, na implementação e no monitoramento da atividade.

Palavras chave: sustentabilidade, planejamento turístico, participação

Abstract

This paper aims at discussing how the concept of sustainability, in a global perspective, has become a central theme in the present debate about tourism as a complex phenomenon. As tourism is considered the world's fastest growing economic activity, the need to plan it adequately becomes evident, in order to achieve all its potential of creating jobs and income, generating economic, social and environmental benefits as well as social inclusion and social transformations. This potential will never be achieved, however, if there is no social participation during the planning, implementation and monitoring of the tourist activities.

Key words: sustainability, tourism planning, social participation

* Professora adjunto do Programa EICOS (Instituto de Psicologia da UFRJ)

**Doutorando do Programa EICOS (IP/ UFRJ) e pesquisador do Instituto Virtual de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ)

***Mestrando do Programa EICOS (IP/ UFRJ).

**** Mestrando do Programa EICOS (IP/ UFRJ)

1 No caso brasileiro, o turismo tem também papel significativo e crescente na economia. Em 2001, o país recebeu cerca de 4,8 milhões de turistas estrangeiros, e, comparativamente, nesse mesmo ano, quase dez vezes mais brasileiros viajaram pelo Brasil. As receitas diretas com o turismo interno foram de US\$ 13,2 bilhões. Em 2000, 60% dos pacotes vendidos para brasileiros tiveram destinos nacionais e 40% internacionais, o que gerou uma estimativa de crescimento desse mercado de 20%. Com isso, a participação do turismo no PIB nacional vem aumentando progressivamente, além da perspectiva de uma menor diferença entre receita gerada por turistas estrangeiros no Brasil e despesas feitas por brasileiros no exterior. No entanto, apesar de seu considerável potencial turístico, o Brasil ainda não ocupa lugar de destaque no cenário mundial com relação à chegada de visitantes internacionais. Enquanto as estatísticas mundiais apresentam o setor como uma fonte de emprego e renda para 12% da população economicamente ativa, no Brasil apenas 6% conseguem se empregar

A discussão da sustentabilidade, em sua perspectiva global, se consolida como um dos temas centrais, na atualidade, no debate do turismo como fenômeno complexo. O turismo, interpretado como a atividade econômica que mais cresce no mundo, passa gradualmente a incorporar novos olhares de planejamento, como resultado de seu potencial gerador de emprego e renda, aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais e, mecanismo para inclusão e transformação social, num sentido mais amplo, em termos da reflexão ética que implica.

Alguns dados disponíveis confirmam a tendência crescente do turismo na perspectiva global. Segundo UNEP (2005), com 760 milhões de chegadas internacionais registradas em 2004, e receita aproximada de US\$ 622 bilhões de dólares, o turismo representa a maior atividade global, com crescimento de 25 % nos últimos 10 anos. Cada vez mais pessoas tem o desejo de viajar e, as estimativas apontam para 1.500 milhões de chegadas internacionais até 2020, mais do que o dobro dos níveis atuais, com tendências crescentes em todas as regiões do mundo, com as maiores taxas previstas no denominado "mundo em desenvolvimento". Vele mencionar ainda, segundo a UNEP (op. cit), que, em muitos países, o turismo doméstico ultrapassa em importância o turismo internacional em volume e receita, o que acentua ainda o impacto do turismo no cenário global que, atualmente gera 74 milhões de empregos diretos e 215 milhões de empregos indiretos, o que se traduz em US\$ 4. 218 bilhões do Produto Global e 12% da exportação Internacional.

No entanto, de maneira geral, as estatísticas do turismo e o discurso oficial, freqüentemente expressam concepções idealizadas dos benefícios possíveis gerados pelo desenvolvimento turístico, e tendem a mascarar ou minimizar os impactos socioambientais e culturais decorrentes deste processo. Nesse sentido, experiências registradas em todo mundo parecem desmistificar a afirmação de que, a "indústria do turismo", ou a "indústria limpa", como também é conhecida, seja

necessariamente benéfica na geração de emprego e renda e na preservação dos patrimônios natural e cultural.

Nesse cenário, permeado por controvérsias e resultados paradoxais, a reflexão sobre os rumos que o desenvolvimento da atividade turística deve seguir para promover seu potencial positivo, minimizando seus impactos negativos, parece fundamental para o delineamento de estratégias futuras. Promover e praticar turismo, de base sustentável, requer assim, um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos, diante de uma economia globalizada e sujeita a nuances de imprevisibilidade, ditadas por um mercado que transcende as peculiaridades locais e/ou as especificidades de um destino turístico. Assim, a sustentabilidade no turismo depende de uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional, resultado de uma sinergia mutante, apoiada na noção de "espaço" material e imaterial, lugar concreto e abstrato, cenário de interações, conflitos e transformações, ponto de contato simbólico entre local e global.

Segundo IRVING e CAMPHORA (2005),

...muitos caminhos podem conduzir à perspectiva de sustentabilidade; mas não existem itinerários já mapeados, fixos. A sustentabilidade, tomada como referência, acolhe aspectos materiais e imateriais das várias dimensões envolvidas em seu significado. Não é dessa forma, desejável demarcar competências determinantes, sejam de caráter ambiental, social, econômico ou político; qualquer dessas dimensões, pensadas isoladamente, instalam uma abordagem parcial capaz de obscurecer articulações entre interesses e práticas aparentemente dissociados...No turismo, a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala.

O turismo sustentável deve, portanto, considerar

...a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempo. (GLOBE'90 1990).

O Turismo Sustentável foi definido pela OMT (1995) como aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente eqüitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil balanço que caracteriza muitas destinações turísticas.

CEBALLOS-LASCURAIN (1996), o define como "um tipo de turismo que é desenvolvido e gerenciado, de maneira tal, que toda a atividade (de alguma forma focalizada no recurso de patrimônio natural ou cultural) possa continuar indefinidamente". Assim, sustentabilidade se associa à permanência em tempo e espaço, construção intra e intergeracional; integração entre passado, presente e futuro; continuidade e inovação...

Segundo a UNEP (2005), turismo sustentável não representa uma forma especial de turismo. Em realidade, todas as formas de turismo deveriam ser sustentáveis e esse deveria, em tese, ser o compromisso central em planejamento. A sustentabilidade do turismo é consequência, portanto, da responsabilidade de todos os segmentos nele envolvidos, embora seja evidente e necessário o papel de liderança dos governos neste processo.

No caso das empresas ligadas ao setor turístico, buscar benefícios de longo prazo, assegurar os compromissos da imagem corporativa, das relações de trabalho em seu quadro profissional, e minimizar o impacto ambiental de suas atividades em sua região de inserção e no ambiente global constituem

parâmetros essenciais de sustentabilidade. Para as comunidades do destino turístico, o aumento da prosperidade sem danos à qualidade de vida, representa a temática central nesse desafio. Sob a ótica dos ambientalistas, prever e contribuir para redução de impactos ao ambiente natural e antever os benefícios do turismo para a conservação de recursos renováveis constituem questões chave. Para os turistas, a busca de uma experiência de alta qualidade em ambientes seguros e atraentes e, a consciência dos impactos de sua viagem, representam o ponto de partida para uma nova concepção de desenvolvimento turístico.

Nessa concepção, os interesses dos diversos atores e segmentos podem ser contemplados, numa lógica de repartição de benefícios e equidade social, segundo o compromisso de qualidade, não apenas em relação às demandas de um mercado competitivo global, mas também sintonizado com a qualidade da experiência vivenciada e compartilhada, em nível individual ou coletivo.

Promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos. Mais do que isso, o turismo, na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada da economia globalizada para gerar benefícios ao desenvolvimento local e promover a responsabilidade de proteção da natureza. Assim, para planejamento turístico, desenvolvimento e proteção de recursos renováveis não podem mais ser interpretados como forças opostas e contraditórias, mas como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. Políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas, de maneira a otimizar e promover os benefícios e reduzir os custos e impactos negativos das atividades vinculadas, em sentido amplo.

Com este enfoque, as discussões concernentes à temática da sustentabilidade no turismo têm gerado um número crescente de fóruns, publicações e declarações, mobilizando, nos últimos anos, diversos setores da sociedade. Em 1987, o Relatório da Comissão

Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) - também conhecido Relatório de Brundtland - definiu as bases teórico-conceituais do desenvolvimento sustentável. A partir de então, a transposição dos princípios norteadores de sustentabilidade, da teoria à prática e, a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, tem representado um grande desafio para as diversas áreas de conhecimento.

A "Agenda 21 Global" aprovada durante a CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, constituiu uma das referências mais importantes para a construção de novos modelos de desenvolvimento apoiados na noção de sustentabilidade. A "Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável" (OMT, 1994) surgiu como um desdobramento dessa proposta e indicou áreas prioritárias para o desenvolvimento de programas e procedimentos para a implementação do turismo sustentável. Da mesma forma, o "Código Mundial de Ética no Turismo" (OMT, 1999) proposto pela OMT, delineou um novo paradigma ético para o planejamento turístico, que tem inspirado iniciativas e empreendimentos inovadores, conforme discutido por IRVING (2002).

Este caminho possível se reveste de especial significado no mundo contemporâneo, no qual o desemprego é estrutural e o crescimento da pobreza e das desigualdades sociais é evidente. Nesse contexto, o setor de serviços (dentre eles, o turismo) pode representar uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico de muitas sociedades (SANSOLO e CRUZ, 2003). Tendo como alicerce o potencial gerador de trabalho e renda, em escala local, e sintonizada com o discurso da sustentabilidade, a "indústria do turismo" vem, nesse sentido, reivindicando políticas públicas específicas para o desenvolvimento do setor, que por meio de um planejamento integrado às demais políticas sociais e econômicas, possa oferecer caminhos interessantes para o

PETERSEN e ROMANO (1999) afirmam que projetos bem sucedidos de desenvolvimento estão, em geral, associados a duas condições centrais: participação da sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras e, enfoque local no processo de desenvolvimento. Esta afirmação pode também ser transposta para a análise do turismo.

A distribuição dos benefícios representa uma questão central na ética da sustentabilidade do turismo. Nesse sentido, como o turismo pode representar a base de economias locais, pode oferecer também boas condições para que empresas de pequeno e médio porte possam se desenvolver, criando novos postos de trabalho e beneficiando a população autóctone. Dessa maneira, é possível "socializar as oportunidades" (CORIOLANO, 2003:25), estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local. Nessa perspectiva,

...o desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana, e o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico concentrado, como ao desenvolvimento social, o chamado desenvolvimento local.

O esforço em sensibilização da sociedade para o turismo sustentável é, portanto, essencial para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento turístico, envolvendo além da capacitação das comunidades locais, o investimento nas potencialidades de uma região e, a discussão dos riscos e benefícios que o turismo pode trazer para um determinado destino. Além disso, temas relacionados à educação, cultura e formas de organização social, devem estar incorporados à discussão, de maneira que as comunidades de destino possam se organizar e se qualificar para a gestão do turismo.

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de sustentável

...exige a incorporação de princípios e

a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, co-responsabilidade e participação. (IRVING 2002).

A efetiva participação das comunidades locais no processo de planejamento e gestão da atividade turística parece, portanto, essencial, pois a população local é conhecedora e vivencia a sua realidade imediata, sendo capaz de identificar problemas e necessidades, avaliar alternativas, desenvolver estratégias para proteção e/ou valorização do patrimônio natural e cultural e buscar soluções para os problemas identificados, sugerindo caminhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local e ao bem-estar social.

Para PETERSEN (1999), em vários programas de desenvolvimento turístico equivocados semelhantes foram identificados pelos mesmos estarem focados no meio e não no ator social, configurando propostas reducionistas e imediatistas. Segundo o autor:

... não admitir o ator social como agente ativo de todo o processo de desenvolvimento (do diagnóstico, passando pela identificação de propostas de intervenção, seu teste, avaliação e monitoramento permanente) tem sido o equívoco gerador da maioria das frustrações dos projetos em implementação no país. Em turismo esse equívoco parece lugar comum.

Por outro lado, com base nas premissas do desenvolvimento sustentável, alguns projetos turísticos procuram discutir e internalizar a temática da qualidade no processo de planejamento, incorporando o saber compartilhado, a participação do ator social local, (pequeno produtor, artesão, empresários e outros), de modo a beneficiar os que geralmente são excluídos do processo. Essa tendência é reforçada no esforço contemporâneo para a definição de bases para a certificação do turismo, movimento mundial que busca agregar valor aos produtos turísticos

social e ambientalmente responsáveis, numa perspectiva de parceria e co-responsabilidade. Nesse contexto, o destino turístico passa a agregar um diferencial de qualidade e, o turista, passa a ocupar o lugar de "agente de transformação" na escolha de um destino.

Com essa estratégia, a percepção do turista e de seu papel na seleção de destinos social e ambientalmente desejáveis, vem exigindo do trade turístico uma nova postura, que privilegia a competitividade, mas também as especificidades das escolhas do turista e a qualidade do destino.

Mas esse caminho só será possível se a participação social for assegurada como um direito de cidadania para a tomada de decisão política, em qualquer nível.

KRIPPENDORF (1977) afirma que o desenvolvimento turístico só ocorrerá se houver ações que estimulem a participação dos atores sociais nas decisões propostas para o desenvolvimento das localidades turísticas, evitando assim, o favorecimento de alguns e o surgimento de conflitos e de hostilidades contra os turistas. Ao analisar a questão da participação como garantia de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento, IRVING (1999) argumenta que:

...pensar transversalmente universos de referência sociais e individuais significa abdicar do saber totalitário e optar por novas formas de construção de realidade baseadas no saber compartilhado, na experiência coletiva, no poder da participação.

Todavia, segundo IRVING (2003), a temática da participação

...parece representar um mito em planejamento, seja pela complexidade do tema, pelos compromissos que gera, pelas expectativas que implica e pela ruptura evidente dos mecanismos vinculados ao perceber e ao intervir no lugar.

Para FAUNDEZ (1993), a participação não é entendida como um processo passivo que se

exerce parcialmente ou em certos setores da vida social ou do processo educacional. Ao contrário, a participação relaciona-se ao poder efetivo de decisão e implica no envolvimento ativo em todas as instâncias, e em todos os domínios.

Nesse sentido, PETERSEN (1999) aborda a questão do "empoderamento" como fundamental nos processos de tomada de decisão:

Para que a participação social seja efetiva, torna-se indispensável que os múltiplos interesses dos diferentes atores sejam contemplados na esfera decisória de qualquer programa voltado para o desenvolvimento, por mais complexo que isso possa vir a ser. Há que se promover a descentralização, entendida como a divisão de poder entre os diferentes atores e agentes de promoção do desenvolvimento" (...) "Não podemos falar em participação efetiva quando o papel reservado às comunidades, por exemplo em um processo de diagnóstico e planejamento, é o de produzir informações e legitimar as propostas formuladas por agentes externos, por mais bem intencionadas que elas possam vir a ser. De forma geral, essas propostas são formuladas com base em referenciais externos à realidade local, num processo que atenua as diferenças entre os lugares e provoca uma espécie de estandarização e banalização das paisagens socioculturais, acirrando ainda mais a tendência à dispersão social, grande inimiga dos processos participativos.

A viabilização da participação dos atores sociais no processo de planejamento e gestão do turismo está diretamente ligada às questões concernentes à educação, cultura e organização da sociedade civil. A educação, interpretada como o primeiro instrumento de participação, com função política, "como condição à participação, como incubadora da cidadania, como processo formativo". (BRANDÃO, 1982).

A educação, nesse contexto, é condição prévia para a cidadania, "qualidade social de

uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos" (DEMO, 1996:70). Para MEYER (1991), a educação é definida como "um processo de aprendizagem de conhecimento e exercício de cidadania que capacita o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social". Educar para o turismo é, portanto, condição para iniciativas duradouras e para a repartição de benefícios no desenvolvimento turístico.

Assim, pensar sustentabilidade no turismo implica em idealismo e visão estratégica de longo prazo, mas também pragmatismo, a partir de experiências capazes de transformar utopia em possibilidade, discurso em prática cotidiana.

Como inspiração para este percurso, às vezes tão óbvio e, ao mesmo tempo tão obscuro, a UNEP (2005) recomenda para o planejamento, em turismo sustentável:

a) Otimização do uso dos recursos ambientais, que constituem o elemento chave para o desenvolvimento turístico, com a manutenção dos processos ecológicos e apoio à conservação dos recursos renováveis e da biodiversidade;

b) Respeito à autenticidade sócio cultural das comunidades dos destinos, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância;

c) Garantia de operações econômicas viáveis, de longo prazo, com a geração de benefícios socioeconômicos para todos os atores envolvidos, incluindo emprego estável e oportunidades de ganhos e serviços sociais às comunidades de destino, de maneira a contribuir para alívio à pobreza.

O caminho da sustentabilidade em planejamento turístico não representa um "produto acabado" ou um "ideal pré-fabricado", mas um processo contínuo de construção, que requer avaliação permanente e flexibilidade

para mudanças, um ponto de partida sem garantia de chegada, uma direção possível.

Nas estatísticas do turismo, não é possível a distinção entre o "sustentável" e o "insustentável". O discurso político tende a privilegiar o "sustentável", da mesma forma em que o pulveriza, em sentidos e significados diversos, capazes de banalizá-lo, transformando-o em utopia contemporânea. Mas existe uma direção possível que transcende os imediatismos políticos e busca consolidar a participação cidadã, em escalas local e global. É nesse movimento cidadão que o turismo poderá se consolidar como veículo de transformação social, que transcende fronteiras políticas e atinge o campo da ética global.

Referência bibliográficas:

- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.
- CEBALLOS-LASCURAIN, H. Tourism, ecotourism and protected areas. Switzerland: The World Conservation Union, 1996.
- CORIOLO, Luiza Neide Menezes Teixeira (organizadora). O Turismo de Inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza, CE: Funece, 2003.
- DEMO, P. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo, SP: Cortez 1996.
- FAUNDEZ, A. O poder da participação. Tradução. São Paulo, SP: Cortez, 1993.
- GLOBE'90. Tourism Stream and Action Committee. An action strategy for sustainable tourism development. Vancouver, B.C., 1990.
- IRVING, M.A. e Camphora, A.L. A sustentabilidade como tendência no discurso turístico do Estado do Rio de Janeiro. In: Bartholo, R; Delamaro, M. e Badin, L. (Orgs.) Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, R.J: Garamond, 2005.
- IRVING, M. A. Turismo como instrumento de desenvolvimento local. In: d'Ávila, M.I. e Pedro, R. (Orgs.) Tecendo o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, R.J: Mauad, 2003.
- IRVING, M. A. Turismo, ética e educação ambiental - novos paradigmas em planejamento In: IRVING, M. A. e AZEVEDO, J. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo, SP: Futura, 2002.
- KINKER, S. Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- KRIPPENDORF, J. Les devoreurs de paysages. Lausanne, Heures, 1977.
- MEYER, M. Educação Ambiental: uma proposta pedagógica. Em Aberto, Brasília, v.10, n.49, p 41-45, 1991.
- OMT. Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development. Madri, 1994.
- OMT. Código Mundial de Ética para o Turismo. Madri, 1999.
- PETERSEN, P. Participação e desenvolvimento agrícola participativo: uma visão estratégica com ênfase na etapa do diagnóstico. In: PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. (Orgs.) Abordagens participativas para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999.
- PETERSEN, P. e ROMANO, J. O. Abordagens participativas para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999.
- SANCHO, A. Introducción al turismo. Madri, OMT, 1998.
- SANSOLO, D. G. e CRUZ, R. C., Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica In Caderno Virtual de Turismo, nº 10, ISSN 1677-6976, disponível em <http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/10>, publicado em dezembro de 2003; acessado em 20/11/2004.
- UNEP. Making Tourism Sustainable: a guide for policy makers. Paris: UNEP, 2005.